ANO V V. 111

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

06/10/2023 A 31/10/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão:Rebeca Reitz, Daniela da Silva e Kelly Pereira
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	15
NORMAS MUNICIPAIS	20
NORMA EM DESTAQUE	21
INFORME LEGISLATIVO	24
FIQUE DE OLHO	25
ESTANTE VIRTUAL	26
SEMAS NA MÍDIA	27



ATUALIZADO EM 31/10/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta 111ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se em âmbito federal as cinco resoluções publicadas pelo Comiê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), em especial a **RESOLUÇÃO CIM Nº 2, DE 14 DE SETEMBRO DE 202**, que dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC. Além dela, também há a **RESOLUÇÃO CIRM Nº 2, DE 22 DE AGOSTO DE 2023**, que institui um Grupo de Trabalho ad hoc, com o propósito de elaborar proposta de criação do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), no âmbito da CIRM, e apoiar o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima na promoção da articulação das ações federais incidentes na Zona Costeira, nos termos previstos no PNGC II, ora denominado GT ad hoc "GI-GERCO".

Nas publicações estaduais, ressalta-se a **PORTARIA SEMAS N° 2.434, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023**, que nomeia os membros do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (GT-PRVN) do estado do Pará, atualizando novos membros e revoga a Portaria SEMAS n° 391, de 10 de março de 2023 e a Portaria SEMAS n° 810, de 05 de maio de 2023. Além deste normativo, tem-se também a publicação da **PORTARIA Nº4840/2023 - ADEPARÁ, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023**, que cria o Comitê Interinstitucional de Gestão de Crise Sanitária, visando promover um sistema de cooperação e coordenação integrado e efetivo nas situações de emergência sanitária, na mitigação de riscos e no planejamento de planos de contingência, com o objetivo de dar suporte às decisões do Poder Executivo do Estado do Para.

E no âmbito municipal, o destaque é a publicação do **PLANO ESPECÍFICO DE REASSENTAMENTO – PER MIOLO DO JURUNAS SUB-BACIA II DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA.**

Na seção "Norma em Destaque", enfatizou-se a publicação do **DECRETO ESTADUAL N° 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023**, que dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), criado pelo Decreto Estadual n° 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

O "Informe Legislativo" desta edição, comunica, também, a publicação do **DECRETO ESTADUAL Nº 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023**, que designa os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), instituído pelo Decreto nº 941, de 3 de agosto de 2020. Enfatiza-se, também, a **PORTARIA SEMAS Nº 2.291, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**, que institui e designa membros para compor a Comissão de análise de processos e documentos - Itaituba, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

No "Fique de Olho", divulga-se o **CURSO DE DIREITO AMBENTAL**, realizado pela PRIME CURSOS. A modalidade do evento é online e as inscrções são gratuitas, destinando-se à qualquer pessoas que se interesse por temas ambientais.

Na "Estante Virtual", recomenda-se a leitura do e-Book intitulado "**MINERAÇÃO DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO PARÁ E ALTERNATIVAS PARA CONTRAPOR À MALDIÇÃO DOS RECURSOS**", que objetiva informar e alertar sobre os impactos da mineração no ambiente e na economia do Pará. A obra de autoria dos paraenses Maria Amélia Enriquez e Lucas Paiva Ferraz. Ela é economista, PhD em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e, professora e pesquisadora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará. Ele é graduado em ciências econômicas e mestrando pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará .

Na seção "SEMAS na Mídia", traz as informações sobre a consulta pública do **Plano de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN)**, que será apresentado na COP 28. A consulta pública fica aberta até o dia 31 de outubro de 2023.

Por fim, ressaltamos que o mês de outubro é marcado pela campanha **"outubro rosa"**, de conscientização e prevenção do câncer de mama. Confira mais informações acessando a biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando: **Outubro Rosa - Mês de Conscientização sobre o Câncer de Mama**

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.273, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 (*). Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

LEI Nº 14.705, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.

LEI Nº 14.714, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) o controle da erosão marítima e fluvial.

LEI Nº 14.713, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos.

DECRETO Nº 11.727, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, que institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.

DECRETO Nº 11.731, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

DECRETO Nº 11.738, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.740, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

DECRETO Nº 11.752, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário.

DECRETO Nº 11.753, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Institui o Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa Nacional de Imunizações e as Políticas de Saúde Pública.

DECRETO Nº 11.754, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Popularização da Ciência - Pop Ciência e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - Comitê Pop.

DECRETO Nº 11.763, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.310, de 26 de dezembro de 2022, para dispor sobre a governança federal da Política Nacional de Segurança de Barragens e o Comitê Interministerial de Segurança de Barragens.

RESOLUÇÃO CG-FNRB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2023. Aprova o Manual de Operações do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB.

RESOLUÇÃO CIRM Nº 1, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Que aprova a nova versão do Regimento Interno da CIRM e revoga o Regimento Interno da CIRM aprovado pela Resolução n° 1, de 23 de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO CIRM Nº 2, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Institui um Grupo de Trabalho ad hoc, com o propósito de elaborar proposta de criação do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), no âmbito da CIRM, e apoiar o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima na promoção da articulação das ações federais incidentes na Zona Costeira, nos termos previstos no PNGC II, ora denominado GT ad hoc "GI-GERCO".

RESOLUÇÃO CIRM Nº 3, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Recria o GT "Ártico" com a finalidade de dar continuidade à formulação de propostas sobre participação continuada do Governo Brasileiro nas atividades da comunidade internacional, no que diz respeito ao Ártico, e acompanhar a implementação das iniciativas aprovadas pela CIRM.

RESOLUÇÃO CIRM Nº 4, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Assinala a conveniência de o Governo Brasileiro procurar aproveitar a plataforma existente do BRICS para a cooperação científica e tecnológica oceânica e polar.

RESOLUÇÃO CIRM Nº 5, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Aprova a recomendação da Subcomissão para o LEPLAC de que seja dada continuidade à parceria entre a Marinha do Brasil, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha, e a Petrobras, visando a embasar a defesa das áreas de Plataforma Continental constantes das submissões atinentes às Margens Equatorial e Oriental/Meridional.



NORMAS FEDERAIS

RESOLUÇÃO CGEN Nº 40, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Estabelece orientação quanto ao procedimento para informar, no cadastro de acesso, produto cujo componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado não seja um dos elementos principais de agregação de valor.

RESOLUÇÃO CIM Nº 1, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM.

RESOLUÇÃO CIM Nº 2, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

RESOLUÇÃO CIM Nº 3, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - Plano Clima e a instituição dos Grupos Técnicos Temporários de Mitigação (GTT - Mitigação) e de Adaptação (GTT - Adaptação).

RESOLUÇÃO CIM Nº 4, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE.

RESOLUÇÃO CIM Nº 5, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a correção da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris visando restabelecer o nível de ambição da NDC apresentado em 2015, em termos dos valores absolutos das emissões de gases de efeito estufa - GEE.

RESOLUÇÃO CONANDA Nº 241, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre os parâmetros de implementação e funcionamento da modalidade de acolhimento familiar em Família Solidária no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM.

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SG/PR Nº 10, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o calendário de realização das etapas temáticas da 4ª Conferência Nacional de Juventude.

RESOLUÇÃO CONAREDD+ Nº 11, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022. Define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2018 e 2019 e altera os anexos I e II da Resolução CONAREDD+ nº 14, de 27 de setembro de 2018, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente aos anos de 2016 e 2017.

RESOLUÇÃO SENADO Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e sua Aplicação na Saúde.

PORTARIA PFE/ICMBio Nº 1, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023. Caracterização das áreas inseridas nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação, no que diz respeito à sua natureza de zonas rurais ou urbanas.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA GM-MD Nº 4.843, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho - GT com a finalidade de analisar a viabilidade e a proposição de possíveis mecanismos para o emprego das Forças Armadas na Faixa de duzentos e cinquenta quilômetros, ao longo da fronteira terrestre, nos Estados da Amazônia Legal.

PORTARIA GM/MMA Nº 778, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho - GT PSA para elaborar proposta de Decreto para regulamentação da Lei 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

PORTARIA MDHC Nº 631, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Rede Nacional de Gestores Estaduais em Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

PORTARIA MJSP Nº 497, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio a Polícia Federal, nos Municípios de Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará.

PORTARIA ANA Nº 517, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023. Constituir Grupo de Trabalho, denominado GT 10º Fórum Mundial da Água, com o objetivo de preparar a participação da ANA no 10º Fórum Mundial da Água a se realizar em Bali, Indonésia, no período de 18 a 24 de maio de 2024.

PORTARIA SG/PR Nº 167, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar diretrizes, orientações e estratégias para promover a integração das políticas públicas do governo federal com participação social e educação popular na perspectiva do desenvolvimento territorial.

PORTARIA MJSP Nº 510, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Amazônia Legal.

PORTARIA IBAMA Nº 217, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Estabelecer as diretrizes para o planejamento e a execução das ações de fiscalização ambiental, inteligência ambiental, emergências ambientais, operações aéreas e manejo integrado do fogo, para o ano de 2024.

PORTARIA MCID Nº 1.326, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Manual Técnico para Apresentação de Propostas de Contenção de Encostas no âmbito da Ação Orçamentária 8865 de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas do Programa 2218 de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, do Ministério das Cidades.

PORTARIA MCID Nº 1.327, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Manual de Instruções da Ação de Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas, integrante do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2020-2023.

PORTARIA MCID Nº 1.328, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Manual de Instruções das ações orçamentárias de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, integrantes do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2020-2023.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MMA Nº 794, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

PORTARIA GM/MMA Nº 795, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho da Sociobioeconomia.

PORTARIA MTR Nº 994, DE 17 DE OUTUBRO 2023. Institui Grupo de Trabalho para acompanhamento da estruturação e recebimento de sugestões para o projeto EF-170.

PORTARIA MTR Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Outorgas Rodoviárias no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas entidades vinculadas.

PORTARIA MIDR Nº 3.194, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ourém-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA ICMBIO Nº 3.492, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Atualiza a tabela de cobrança de ingressos de acesso às Unidades de Conservação (processo nº 02070.013181/2023-31).

PORTARIA GM-MD Nº 5.152, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Amazônia em situação de emergência, nos termos do Protocolo de Ações do Ministério da Integração (MI), o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério da Saúde (MS), de 31 de dezembro de 2012.

PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.

PORTARIA MIDR Nº 3.247, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Oriximiná-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA CAPES Nº 210, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o Comitê Técnico de Integridade - CTI e as unidades setoriais do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

PORTARIA MIDR Nº 3.268, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023. Reconhece a situação de emergência nos municípios Bom Jesus do Tocantins e Rurópolis no Pará.

PORTARIA MTE Nº 3.544, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a aprendizagem profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional e o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 912, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de kiwi (Actinidia Chinensis) da Grécia.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA GM/MMA Nº 800, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

PORTARIA GM/MMA Nº 806, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás - GTPEG.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 906, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de mudas in vitro de Angelônia (Angelonia angustifolia) dos Estados Unidos da América

PORTARIA SDA/MAPA Nº 907, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de material propagativo de petúnia (Petunia Spp.) de qualquer origem.

PORTARIA SETEC/MEC Nº 51, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de qualificação profissional no âmbito da Bolsa-Formação - Pronatec, para a oferta de vagas em curso de qualificação profissional para trabalhadores em bioeconomia para Amazônia Legal.

PORTARIA MIDR Nº 3.325, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA ICMBIO Nº 3.522, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova o Plano Específico Emergencial orientado a viabilizar as necessidades de subsistência dos ocupantes das vicinais Leão e Transiriri, no interior da Estação Ecológica da Terra do Meio, com a redução dos impactos socioambientais da sua presença e de suas práticas, em face do disposto no Plano de Manejo da Unidade de Conservação, contribuindo com o alcance dos objetivos e diretrizes da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, por período de 6 (seis) meses (processo nº 02121.002796/2023-99).

PORTARIA MIDR Nº 3.345, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA GAB/SESAI Nº 106, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023. Instituir o Comitê de Resposta aos Eventos Extremos na Saúde Indígena, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de propor e auxiliar na efetivação de diretrizes e procedimentos de gestão relacionadas a eventos climáticos e meteorológicos externos que impactem a saúde dos povos indígenas assistidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, sob a jurisdição dos Distritos Sanitários de Saúde Indígena.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MMA Nº 4, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

PORTARIA MMULHERES Nº 288, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Institui o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no âmbito do Ministério das Mulheres.

PORTARIA MIDR Nº 3.365, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA ANP Nº 213, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Altera o Anexo I da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, que estabelece o Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para promover ajuste nas atribuições da Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente.

CIRCULAR MDIC Nº 1, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto ao Programa Selo Amazônia.

CIRCULAR MDIC Nº 1, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto ao Programa Selo Verde Brasil.

NORMAS FEDERAIS



68 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS E 02 CIRCULARES DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI N° 10.094, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS).

LEI Nº 10.095, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a devolução integral da taxa de matrícula pelas universidades privadas em caso de desistência.

LEI N° 10.102, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a criação da política estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos.

LEI Nº 10.106, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Resistência e Liberdade Negras.

LEI Nº 10.108, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Criança Negra e Africana.

LEI N° 10.110, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o Dia Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará.

LEI N° 10.112, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores, Aquicultores e Agricultores Familiares do Estado do Pará (APESCA).

DECRETO Nº 3.385, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.665, de 19 de julho de 2022, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.412, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Homologa a Resolução nº 01/2023-CONSELHO GESTOR/FADEP, que dispõe sobre a remuneração, principais atribuições e os requisitos dos membros da Diretoria Executiva e dos empregos permanentes e de confiança da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP).

DECRETO Nº 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), criado pelo Decreto Estadual no 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Designa os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), instituído pelo Decreto nº 941, de 3 de agosto de 2020.

DECRETO Nº 3.432, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Altera dispositivo do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.433, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 060/2023 - GP/PMF, de 12 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Faro, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.434, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 025/2023, de 28 de setembro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Bom Jesus do Tocantins, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO N° 3.438, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Acrescenta dispositivos ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto n° 4.676, de 18 de junho de 2001.

RESOLUÇÃO CSPGE Nº 240, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023. Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, a concessão de diárias e a emissão de passagens.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFA Nº 018 , DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a implantação e a manutençãodo Cadastro Informativo dos Créditos nãoQuitados de Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual - CADIN-PA.

PORTARIA SEDEME nº 015/2023 – GS/SEDEME. Designa servidores relacionados para atuarem e exercerem as atribuições que lhe são conferidas nos dispositivos legais que regem a Política de Incentivos, na Câmara Técnica da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento do Estado do Pará.

PORTARIA SEMAS Nº 2.291, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023. Institui e designa membros para compor a Comissão de análise de processos e documentos - Itaituba, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA IDEFLOR-bio Nº 808 DE 16 DE OUTUBRO DE 2023. Designa servidores para compor a Equipe de Planejamento – EP, formada por servidores da Comissão de Plano de Manejo (COPLAM) e das Gerências Administrativas da Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação - DGMUC, ou colaboradores externos à DGMUC, com a atribuição de realizar supervisão técnica e metodológica, pelos procedimentos administrativos e pela análise e aprovação técnica do Plano de Manejo e produtos intermediários, devendo acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração do Plano de Manejo da Floresta Estadual (FLOTA) do Paru.

NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA Nº 256/2023-IASEP-16 DE OUTUBRO DE 2023. Constitui a Comissão para Atualização do Guia de Serviços do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 323/2023-GAB/SEAC. Publica o Edital de Chamamento Público Nº 01/2023- SEAC, que tem por objetivo selecionar 500 (quinhentos) candidatos interessados em participar do Projeto Geração Empreende +, através do qual serão ofertados cursos de formação sobre temas relacionados ao empreendedorismo, além de concedidas até 500 (quinhentas) linhas de microcrédito no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) aos candidatos cujos projetos forem considerados aptos pela Comissão de Avaliação e Seleção.

PORTARIA Nº4840/2023 - ADEPARÁ, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Criar o Comitê Interinstitucional de Gestão de Crise Sanitária, visando promover um sistema de cooperação e coordenação integrado e efetivo nas situações de emergência sanitária, na mitigação de riscos e no planejamento de planos de contingência, com o objetivo de dar suporte às decisões do Poder Executivo do Estado do Pará.

PORTARIA SEMAS N° 2.434, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023. Nomeia os membros do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (GT-PRVN) do estado do Pará e revoga a Portaria SEMAS n° 391, de 10 de março de 2023 e a Portaria SEMAS n° 810, de 05 de maio de 2023.

PORTARIA SEMAS N° 2.443, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Designa servidor público para desempenhar a função de encarregado de tratamento de dados pessoais, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, nos termos da Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018.

PORTARIA N° 783/2023-PGE.G, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023. Constituir Grupo de Trabalho para desenvolver a atualização do Decreto Estadual n° 1.835/2017 (parcerias), adotando entendimentos e orientações mais recentes desta Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA) e da jurisprudência atual e adequação às diretrizes do Decreto Federal n° 11.531/2023, como também, a elaboração de Parecer Referencial sobre parcerias da Administração Estadual com entidades sem fins lucrativos, minutas padronizadas de editais para chamamentos públicos e listas de conferência.

PORTARIA SEIRDH Nº 035 DE 26 DE SETEMBRO DE 2023. Designa servidores, para compor a comissão de Monitoramento e Avaliação referente das parcerias celebradas para manutenção dos Programas de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

NORMAS ESTADUAIS



27 ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 108.442/2023- PMB, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023. Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

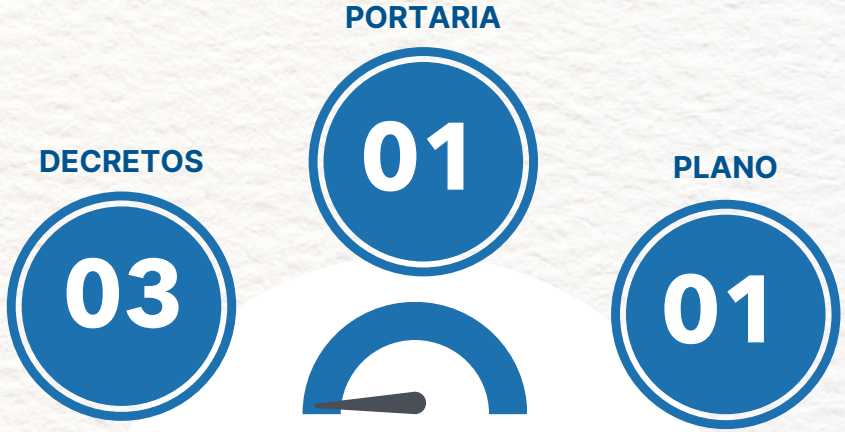
DECRETO Nº 108.452/2023 - PMB, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova e homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, e dá outras providências.

DECRETO Nº 108.478-2023 - PMB, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe o Procedimento de Adjudicação de bens em processos de Execução Fiscal propostas pelo Município de Belém, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 216/2023-GABS/SEMMA. Cria o Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Contratações Anual-PCA para o exercício de 2024 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e dá outras providências.

PLANO ESPECÍFICO DE REASSENTAMENTO – PER MIOLO DO JURUNAS SUB-BACIA II DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA.

04 ATOS NORMATIVOS E 01 PLANO MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

PORTARIA GM/MMA Nº 795, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Institui o Grupo de Trabalho da Sociobioeconomia.

FINALIDADE

Instituir o Grupo de Trabalho para prover subsídios para o tema de Sociobioeconomia e formular proposta e recomendações.



COMPOSIÇÃO

I- um representante da Secretaria Nacional de Bioeconomia, que o coordenará
II - um representante da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável;
III - um representante da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais;
IV - um representante da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial;
V - um representante do Serviço Florestal Brasileiro - SFB;
VI - um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e
VII - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), criado pelo Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

COMPETÊNCIAS

- ✓ - administrar as bases de informação e transparência do PEAA, por meio de canais de comunicação oficiais e de parcerias formais;
- ✓ - auxiliar as instituições executoras e parceiras, por meio de recomendações técnicas, visando a participação qualificada em espaços colegiados, órgãos de controle, iniciativas e cooperações técnicas, quando solicitado;
- ✓ - encaminhar relatórios periódicos e alertas relevantes ao cumprimento das metas central e temáticas estabelecidas pelas instituições executoras e parceiras;
- ✓ - informar o controle, a mensuração e a necessidade de revisão das metas temáticas e demais indicadores estabelecidos pelo Plano; e
- ✓ - realizar o acompanhamento sistemático do PEAA e de seus instrumentos, a partir da avaliação de desempenho das ações e metas estabelecidas pelas instituições executoras e parceiras.

DA FINALIDADE

O Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) será dotado de Coordenadoria e Vice Coordenadoria, as quais serão definidas até a segunda reunião do colegiado, cabendo à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) a convocação das reuniões, bem como exercer a Coordenação provisória do NPAA, enquanto não ultimadas as eleições.

Poderão compor o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) outros órgãos, autarquias e fundações do poder público, bem como entidades e instituições do setor privado ou do terceiro setor, nacionais ou internacionais, na qualidade de instituições parceiras, mediante designação do Governador do Estado.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

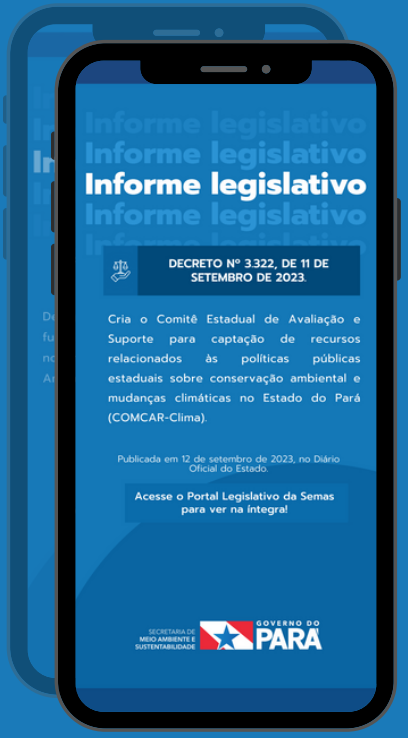
Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), criado pelo Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Designa os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), instituído pelo Decreto nº 941, de 3 de agosto de 2020.



PORTARIA SEMAS Nº 2.291, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

Institui e designa membros para compor a Comissão de análise de processos e documentos - Itaituba, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº 2.434, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Nomeia membros do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da vegetação Nativa (GT-PRVN) do estado do Pará e revoga a Portaria SEMAS nº 391, de 10 de março de 2023 e a Portaria SEMAS nº 810, de 05 de maio de 2023.

PORTARIA SEMAS Nº 2.443, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023

Designa servidor público para desempenhar a função de encarregado de tratamento de dados pessoais, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



CURSO DE DIREITO AMBIENTAL

Curso gratuito de Direito Ambiental
Carga Horária do Certificado: 35 horas
Realizadora: PRIME CURSOS
Modalidade: Online
Público Alvo: o evento será aberto a qualquer pessoa que se interesse por temas ambientais.

O Meio ambiente é definido pela legislação brasileira como sendo "o conjunto de condições, leis, influências e interações, de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

O direito ambiental é, então, o ramo do conhecimento jurídico que se dedica ao estudo e deliberação sobre as interações do ser humano com a natureza, aplicando mecanismos legais específicos de forma a proteger o meio ambiente e garantir assim, o bem-estar coletivo e um futuro melhor para a humanidade e o planeta.

Para realizar sua inscrição, clique aqui.

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



MINERAÇÃO DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO PARÁ E ALTERNATIVAS PARA CONTRAPOR À MALDIÇÃO DOS RECURSOS

Desenvolvido por meio de uma parceria com o Sindifisco dos Auditores Fiscais do Pará, a ideia de produzir a obra surgiu da realização de pequenos boletins sobre a questão mineral do Pará, para o Sindifisco, que acabaram se tornando maiores, com material suficiente para uma produção mais apurada.

O objetivo é colaborar para o aprofundamento de estudos sobre a questão mineral no Pará, considerando indicadores sobre o impacto da mineração na macroeconomia do Pará, no desenvolvimento municipal e na geração da renda mineral, além de uma comparação internacional sobre a forma de se tributar a mineração, que é fundamentalmente, a preocupação do Sindifisco.

A obra é escrita por autores paraenses, Maria Enríquez e Lucas Paiva Ferraz. Ela é economista, PhD em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e, professora e pesquisadora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará. Ele é graduado em ciências econômicas e mestrando pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará .

DISPONÍVEL NO FORMATO DIGITAL: CLIQUE AQUI.

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Semas abre diálogo com a sociedade para a construção do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa

Plano do Governo do Estado será lançado oficialmente na COP 28, nos Emirados Árabes, no final deste ano

Com foco na construção coletiva do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará, que será lançado oficialmente na COP 28, nos Emirados Árabes no final deste ano, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) realizará, esta semana, três webinários e um seminário presencial para discutir, informar e esclarecer à sociedade os principais aspectos do plano, convidando as partes interessadas a contribuírem com a iniciativa nesta etapa de consulta pública.
Em todos os eventos, será priorizada a participação de representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e produtores da agricultura familiar, e também, será possível a participação da sociedade em geral.



Fonte: ASCOM/SEMAS

O PRVN segue disponível para consulta pública até o dia 31 de outubro. O acesso ao conteúdo está disponível no site da Semas ou por meio deste link. Dúvidas e sugestões devem ser encaminhadas ao e-mail consultaprvn@gmail.com até o fim do prazo.

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br

